MÊS DA MULHER / Janja enfatiza compromisso do governo com o combate à violência contra o gênero feminino e anuncia para o dia 8 o envio de um PL que torna obrigatório rendimento igual para homens e mulheres na mesma função

Luta contra feminicídio e por igualdade salarial

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Ricardo Stuckert/PR



Janja com ministras de governo, em evento de abertura do Mês Internacional das Mulheres: primeira-dama reiterou comprometimento com as pautas femininas

A primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, as 11 ministras do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e as presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal reiteraram ontem, em evento no Palácio do Planalto, o compromisso com as pautas femininas no governo. As declarações foram voltadas a alianças femininas com a sociedade dentro de suas respectivas áreas de atuação, na luta contra o machismo, sobretudo o estrutural.

Última a discursar, Janja reafirmou que o combate ao feminicídio é compromisso do governo, assim como outros pontos considerados relevantes para se estabelecer igualdade de gênero no Brasil. Está previsto para 8 de março — Dia Internacional da Mulher — o envio ao Congresso de um projeto de lei (PL) que pretende tornar obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função no mercado de trabalho.

Levantamento da consultoria Idados, publicado no primeiro semestre de 2022, mostra que as mulheres ganham em média 20,5% a menos do que os homens no país. O estudo é baseado em informações de 2021 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "A gente sabe como é difícil, nós mulheres, ocuparmos espaços de decisão e poder, principalmente na política. O tema mulher é transversal de todos os ministérios. Estamos trabalhando para que isso aconteça no governo do presidente Lula", ressaltou a primeira-dama.

As demais participantes destacaram, de maneira genérica, ações voltadas a mulheres ao longo dos próximos anos e acrescentaram que, neste mês, serão feitos anúncios de medidas voltadas à desconstrução do preconceito contra o gênero feminino.

Janja, que citou Ellen Otoni — internada no mês passado após levar sete tiros do namorado —, acrescentou que atuará junto a ministérios de proteção social e à sociedade em prol das mulheres. "O tema da violência contra mulher chega a ser pessoal. (...) Os homens não estão satisfeitos de matar as mulheres: têm matado os filhos também", frisou.

> **A gente sabe como é difícil, nós mulheres, ocuparmos espaços de decisão e poder, principalmente na política. O tema mulher é transversal de todos os ministérios"**
>
> ***Rosângela da Silva,***
> *a Janja, primeira-dama*

Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva destacou a importância de políticas públicas voltadas ao combate ao "racismo ambiental", que a gestora definiu como atos contra mulheres em vulnerabilidade em áreas ambientais, em comunidades com costumes próprios, como a indígena. "Não queremos só o dia 8. Queremos uma participação cada vez mais ampliada nos espaços de decisão e formação de políticas públicas, mas também em empresas, espaços acadêmicos e na cena cultural brasileira", enfatizou.

Presidente da Caixa, Rita Serrano relembrou a gestão de Pedro Guimarães, ex-presidente do banco que perdeu o cargo, em 2022, após se tornar investigado por assédios sexual e moral. Ela também defendeu que a insistência das mulheres em chegar e permanecer em espaços de poder é necessária para que a sociedade quebre o paradigma do machismo.

Um dos últimos nomes a serem confirmados no terceiro mandato de Lula, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, fez referência às mulheres do Nordeste e à pluralidade de gênero em ambientes públicos, relembrando ter sido a primeira presidente mulher da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Nordeste

"O presidente Lula só me deu uma determinação: que o pobre esteja no orçamento público brasileiro. A cara mais pobre do Brasil é a de uma mulher negra do Nordeste brasileiro", afirmou. Antes de se tornar ministra do Planejamento , a ex-senadora pretendia ser titular da pasta que cuida de benefícios sociais, mas, por resistência do PT, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome ficou com um nome do partido, Wellington Dias.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, e a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, ressaltaram o fato de serem as primeiras mulheres na história do país a ocuparem esses cargos. Nísia foi a primeira presidente do gênero feminino da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), posto que deixou para assumir a pasta federal. A nomeação de Tarciana Medeiros, por sua vez, quebrou um paradigma de 214 anos do banco. "Na composição do novo Conselho Diretor (da instituição), temos mais três mulheres. Ao todo, são nove membros. Então, estamos a caminho da equidade", disse ela, uma das integrantes do colegiado.

Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial, apontou março como simbólico no combate à violência contra a mulher, citando a data dos assassinatos de sua irmã, a vereadora Marielle Franco, e do motorista da parlamentar Anderson Gomes, em 14 de março. A Polícia Federal entrou na investigação do caso, na semana passada, por determinação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Primeira atleta mulher a ser titular do Ministério do Esporte, Ana Moser argumentou que o machismo coloca mulheres em "vários desafios no dia a dia" e que a busca pela equidade "não vai se encerrar ao final de março". Até o momento, entre competidores, apenas Pelé havia ocupado o cargo.

As ministras Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Luciana Santos, da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Margareth Menezes, da Cultura, também se comprometeram com iniciativas governistas voltadas às mulheres. Daniela do Waguinho, do Turismo, e Sônia Guajajara, dos Povos Originários, estão fora do Brasil e foram representadas no evento por Juliana Negreiros e Juma Xipaia, respectivamente. "A elevação do nível da consciência da opressão da igualdade de gênero ainda é imperativa", defendeu Luciana, apontando que o caminho para superar o problema é por "vontade política". O encontro de ontem foi iniciado pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. A pasta é a primeira dedicada exclusivamente a políticas para mulheres, na esfera da União.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula governa sob pressão desde a posse

Com dois meses de mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teve a tradicional trégua de 100 dias concedida aos governantes pela mídia e pela oposição, sem falar no "fogo amigo" de aliados e até mesmo dos petistas, por causa das divergências e disputas de poder na sua equipe de governo. Na primeira semana de gestão, Lula vivia ainda o inebriante clima gerado pela festa da posse, cuja sacada de subir a rampa do Palácio do Planalto com os representantes das minorias proporcionou imagens históricas, de repercussão internacional.

Pensava-se que estava tudo certo, ninguém da sua equipe imaginava que o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) seriam invadidos sete dias depois. O presidente da República passava um fim de semana em São Paulo, porém, no domingo, decidiu viajar a Araraquara, para ver pessoalmente os estragos causados pelas chuvas, ao lado prefeito petista Edinho Silva. Entretanto, naquele 8 de janeiro, "nuvens negras" — como aquelas que antecederam o golpe de 1964, que destituiu o presidente João Goulart — encobriram o Planalto Central. Lula decretou intervenção no Distrito Federal, delegando ao ministro da Justiça, Flávio Dino, a responsabilidade de conter os danos. O governador Ibaneis Rocha foi afastado do cargo.

A decisão de não decretar uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), recorrendo às tropas do Comando Militar no Planalto, não fora por acaso. Desde o quebra-quebra bolsonarista de 12 de dezembro, dia de sua diplomação, quando os "patriotas" acampados em frente ao QG do Exército incendiaram ônibus e até tentaram invadir o prédio da Polícia Federal, sabia-se que havia uma tentativa de golpe em marcha. No estado-maior de Bolsonaro, os generais Braga Netto, seu candidato a vice, Augusto Heleno (GSI) e Luiz Ramos (Secretaria de Governo), o ex-comandante da Marinha almirante Almir Garnier Santos, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que está preso, e o deputado Eduardo Bolsonaro apoiavam a decisão de Bolsonaro de não reconhecer o resultado da eleição.

Derrapagem

A minuta do decreto presidencial apreendida pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça, que destituiria o ministro Alexandre de Moraes da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e convocaria novas eleições, por muito pouco não fora assinada por Bolsonaro, que resolveu viajar para Miami, bastante deprimido. Fora convencido a sair de cena num jantar na casa do ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, articulado pelo ex-ministro das Comunicações Fabio Faria. Os ex-ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Flávio Rocha (Secretaria de Assuntos Estratégicos), um almirante da ativa, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira, contrários a qualquer tentativa golpista, atuaram como bombeiros no episódio.

Não conformados, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Anderson Torres viajaram para Miami, onde passaram o ano-novo com Bolsonaro. Hoje, as investigações da Polícia Federal estão apurando as responsabilidades sobre graves falhas no dispositivo de segurança da Esplanada dos Ministérios, que estava a cargo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Guarda Presidencial e da Polícia Militar do Distrito Federal. Na crise, por terem impedido que os vândalos fossem presos no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, na madrugada de 9 de janeiro, o comandante militar do Planalto (GMP), Gustavo Henrique Menezes Dutra, e o comandante do Exército, general Júlio César Arruda, foram substituídos. Outras mudanças nos comandos militares do Planalto foram feitas pelo novo comandante do Exército, Tomás Ribeiro Miné Paiva.

Graças também à atuação do ministro Alexandre de Moraes contra os golpistas, a situação foi controlada. Houve atuação firme e decidida dos Três Poderes. O Congresso e o Supremo repudiaram o golpismo, o governo ganhou tempo para preparar medidas econômicas de impacto para a sociedade, que começaram a ser anunciadas nesta semana. Mas houve muita fricção política entre os aliados, a mídia e o Congresso, após Lula atacar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e criticar as altas taxas de juros.

A trégua proporcionada pela defesa da democracia derrapou na política econômica. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ficou com a credibilidade abalada, sob ataque da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e fortes pressões do mercado financeiro. Mas o governo começou a deslanchar na economia. Haddad anunciou um aumento do salário mínimo para R$ 1.030 a partir do 1º de Maio e um alívio na cobrança do Imposto de Renda. Nesta semana, fez a manobra mais difícil: a volta da cobrança de impostos sobre combustíveis, simultaneamente à redução de preços da gasolina e do diesel pela Petrobras. Também foi anunciada a reestruturação do Bolsa Família e a rolagem das dívidas dos consumidores inadimplentes.